

**AUTODECLARAÇÃO DE OFÍCIO/ATIVIDADE – AGROPECUÁRIA
COMERCIAL E INFORMAL**

Para apresentação à Fundação Renova, nos termos da decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais nos autos da ação de nº [preencher]

Eu, [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [preencher], expedido por [preencher], inscrito(a) no CPF sob o nº [preencher], residente e domiciliado(a) à [preencher], CEP [preencher], na cidade de [preencher]/[sigla estado], (cf. comprovante de residência anexo), **DECLARO** que, entre [preencher] e [preencher], era residente em [preencher], e exercia o ofício/atividade de Agropecuária comercial e informal, desde [preencher] até novembro de 2015.

Declaro, ainda, que **ESCOLHER ENTRE: parte da minha renda OU toda a minha renda** era obtida por meio do ofício/atividade acima declarado, o(a) qual era prestado(a) na cidade de [preencher]/[sigla estado] e com utilização do rio Doce para a sua execução. A atividade era exercida durante [inserir o(s) período(s) do ano], [inserir a quantidade de dias dedicados à atividade em uma semana] por semana, consumindo cerca de [inserir horas diárias dedicadas à atividade] horas diárias de dedicação, com a utilização de [inserir insumos e utensílios essenciais para exercício do ofício], gerando um volume mensal de [inserir a quantidade de alimento cultivado] quilos de alimento cultivado, [inserir a quantidade de clientes atendidos] clientes atendidos e uma renda média [escolher entre: diária, semanal ou mensal] de [inserir valor em reais].

Declaro que, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão na cidade de Mariana/MG, o exercício do meu ofício/atividade ficou prejudicado, pois senti o receio de que a(o) [inserir o motivo da paralisação, por exemplo.: turbidez da água, deposição de rejeito, desconfiança acerca da qualidade da água, outros] pudesse impactar a qualidade do meu serviço. No meu entendimento, essa situação permanece inalterada.

Por fim, declaro (a) ter ciência de que constitui crime com pena de um a cinco anos de prisão, omitir em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes, a fim de obter vantagem ilícita mediante fraude, induzindo ou mantendo alguém em erro, conforme artigos 171 e 299 do Código Penal, me responsabilizando integralmente, inclusive perante terceiros, pela veracidade de todo o conteúdo e informações prestadas para subsidiar a celebração deste acordo, e (b) ter recebido todo o suporte jurídico necessário para assinatura da presente declaração, firmando-a de boa-fé, ciente de seus termos e de seus efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente autodeclaração.

[cidade]/[sigla estado], _____ de _____ de 2020.

Autodeclarante: _____